

CONSAG CS S.A.

Demonstrações Financeiras para o
exercício findo em 31 de dezembro

2021

CONTEÚDO

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras;

Balanço patrimonial;

Demonstração do resultado;

Demonstração das mutações do patrimônio líquido;

Demonstração dos fluxos de caixa;

Notas explicativas às demonstrações financeiras.

SUMÁRIO

BALANÇO PATRIMONIAL.....	6
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	7
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	10
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	10
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	10
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	14
4. CONTAS A RECEBER E PARTES RELACIONADAS.....	14
5. ESTOQUES	14
6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR.....	15
7. IMOBILIZADO.....	15
8. DIREITOS DE USO E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS	17
9. FORNECEDORES E SUBEMPREENHEIROS E OPERAÇÕES ANTECIPADAS	18
10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	18
11. RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS PRESTADOS E VENDAS.....	19
12. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA	19
13. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO.....	20
14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO.....	20
15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	22
16. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	22

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da

Consag CS S.A

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Consag CS S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Consag CS S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Transações com partes relacionadas

Conforme apresentado na nota explicativa nº 4, a Companhia mantém operações financeiras relevantes com partes relacionadas, onde parte substancial das operações são representadas por contas a receber e receitas de prestação de serviços. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação nas demonstrações contábeis do exercício corrente, não foram examinados por outros auditores independentes.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 31 de março de 2022.



Luiz Claudio Fontes
Contador CRC – 1RJ-032.470/O-9-T-SP



Leonardo Coelho de Almeida Mendes
Contador CRC – MG 94.028/O-3

RSM Brasil Auditores Independentes – Sociedade Simples
CRC 2SP-030.002/O-7

CONSAG CS S.A

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

ATIVO	Nota Explicativa	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.140	1
Contas a receber de clientes	4	4.982	-
Estoques	5	1.871	-
Adiantamentos		172	-
Créditos com partes relacionadas	4	2.260	-
Despesas Antecipadas		39	-
Total do ativo circulante		11.464	1
NÃO CIRCULANTE			
Impostos e contribuições a recuperar	6	664	-
Impostos e contribuições diferidos a recuperar	14	317	-
Créditos com partes relacionadas	4	25.609	-
Total do realizável a longo prazo		26.590	-
Imobilizado	7	968	-
Direitos de uso de arrendamentos	8	187	-
Total do ativo não circulante		27.745	-
TOTAL DO ATIVO		39.209	1

PASSIVO	Nota Explicativa	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE			
Financiamentos com arrendamentos	8	189	-
Fornecedores	9	16.989	6
Salários e encargos sociais		1.279	-
Impostos e contribuições a recolher		51	-
Adiantamentos de clientes		8.542	-
Distribuição de Dividendos Mínimos Obrigatórios		294	-
Total do passivo circulante		27.344	6
NÃO CIRCULANTE			
Débitos com partes relacionadas	4	10.926	2
Outros passivos não circulantes		2	-
Total do passivo não circulantes		10.928	2
Total dos passivos		38.272	8
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	10	1	1
Reserva Legal		62	-
Resultado do exercício		874	(8)
Total do patrimônio líquido		937	(7)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		39.209	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONSAG CS S.A

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

	Nota Explicativa	31/12/2021	31/12/2020
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	11	33.377	-
Custos dos produtos e serviços vendidos	12	(28.333)	(6)
RESULTADO BRUTO		5.044	(6)
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	12	(3.973)	-
Provisão para perdas, riscos e multas fiscais		(1)	-
Outras (despesas) receitas operacionais		-	(2)
		(3.974)	(2)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		1.070	(8)
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO	13	(149)	-
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		921	(8)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	14		
Diferido		317	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1.238	(8)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONSAG CS S.A

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota Explicativa	Capital Social	Reserva Legal	Lucros/Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de Dezembro de 2019		-	-	-	-
Aumento (Redução) de capital	10	1	-	-	1
Resultado líquido do exercício		-	-	(8)	(8)
Saldos em 31 de Dezembro de 2020		1	-	(8)	(7)
Resultado líquido do exercício		-	-	1.238	1.238
Reserva Legal		-	62	(62)	-
Distribuição de Dividendos Mínimos Obrigatórios		-	-	(294)	(294)
Saldos em 31 de Dezembro de 2021		1	62	874	937

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONSAG CS S.A

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Valores expressos em milhares de Reais - R\$

	Nota Explicativa	31/12/2021	31/12/2020
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado líquido do exercício		1.238	(8)
Depreciação de ativo imobilizado e Amortização	7 e 8	357	-
Juros de Arrendamento	8	6	-
Imposto de renda diferido	14	(317)	-
		<u>1.284</u>	<u>(8)</u>
(Aumento) redução dos ativos operacionais			
Contas a receber de clientes		(4.982)	-
Estoques		(1.871)	-
Adiantamentos Diversos		(211)	-
Impostos e contribuições a recuperar		(664)	-
		<u>(7.728)</u>	<u>-</u>
Aumento (redução) dos passivos operacionais			
Fornecedores		16.983	6
Salários e encargos sociais		1.279	-
Adiantamentos Diversos		8.542	-
Impostos e contribuições a recolher		51	-
Outros passivos		2	-
		<u>26.857</u>	<u>6</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>20.413</u>	<u>(2)</u>
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aumento de Capital		-	1
Aquisição do ativo imobilizado e intangível		(1.512)	-
Partes relacionadas		(16.945)	2
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		<u>(18.457)</u>	<u>3</u>
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Financiamento com arrendamento		266	-
Pagamento principal e juros arrendamento		(83)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>183</u>	<u>-</u>
(REDUÇÃO) LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>2.139</u>	<u>1</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		2.140	1
(REDUÇÃO) LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>2.139</u>	<u>1</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CONSAG CS S.A. é uma Sociedade Anônima, de capital fechado, sediada em Belo Horizonte/MG, constituída em 01 dezembro de 2020, com filiais em Aripuanã/MT, Brasília/DF, Caucaia/CE e Manaus/AM, controlada pela CONSAG ENGENHARIA S.A.

Segmento de atuação

A CONSAG CS S.A. tem como principal objetivo a prestação de serviços de engenharia em geral, destacando-se a construção de hidrelétricas, termoeletricas, usinas nucleares, plantas industriais, siderúrgicas, refinarias, portos, saneamento e urbanização, aeroportos, rodovias, ferrovias e obras correlatas no país, em geral execução de obras civis de engenharia. Atualmente, conta com duas obras em pleno funcionamento, conforme mencionado abaixo:

- Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica – Solar Futura (Juazeiro/BA).
- Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica – Solar Lavras (Caucaia/CE).

Reestruturação Societária

A Companhia foi criada inicialmente sendo controlada pela AG Construções e Serviços S.A., Em 31 de outubro de 2021, sua controladora realizou uma operação de compra e venda com a Andrade Gutierrez S.A. cedendo o seu controle. Na mesma data, 31 de outubro de 2021, através de um aumento de capital da Andrade Gutierrez S.A. na empresa CONSAG ENGENHARIA S.A., foi repassado o controle da CONSAG CS S.A, dando continuidade à estratégia de promoção de sinergia nos negócios de engenharia.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**2.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações nas práticas contábeis promovidas pelas Leis nº 11.941/09, abrangendo os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2.2. Base de elaboração

Custo Histórico

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo

É o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, a companhia não realizou transações em outra moeda que não seja Reais (R\$)

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração da Companhia e de suas investidas faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores contábeis de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas em diante, sem efeito em períodos anteriores.

As informações sobre os principais julgamentos críticos efetuados pela Administração da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas referente às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão relacionadas a seguir.

2.4.1. Orçamento contratual

Os orçamentos dos custos e receitas para os contratos de construção são realizados por especialistas de engenharia desde a elaboração dos projetos até a sua realização total, com acompanhamento constante dos eventos econômicos, financeiros, ambientais e sociais, que possam afetar diretamente o orçamento de cada empreendimento. Os orçamentos dos custos são elaborados considerando as obrigações de desempenho contidas em cada projeto e são revisados, no mínimo, anualmente e refletem a melhor estimativa da Administração da Companhia do que seriam os custos necessários a serem incorridos na execução de seus projetos.

2.4.2. Provisões para contingências

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de profissionais capacitados para avaliar, de acordo com a natureza de cada passivo a ser provisionado, o esforço financeiro a ser requerido para liquidar uma obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativas à tais passivos.

2.4.3. Realização do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor e em atendimento às determinações do CPC 32. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias levam em consideração o histórico de lucro tributável, bem como a estimativa de lucro tributável futuro, com base em estudos e projeções internas.

2.5. Principais políticas e práticas contábeis

As principais políticas contábeis usadas na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas, com exceção dos itens específicos apresentados abaixo. As referidas políticas contábeis têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

2.5.1. Participação em consórcios

Os consórcios são constituídos da união de duas ou mais entidades para a execução de projetos de engenharia. Os consórcios são caracterizados como empreendimentos controlados em conjunto, uma vez que as empresas participantes detêm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos de acordo com seu percentual de participação no empreendimento. As participações em consórcios são reconhecidas linha a linha nas contas de balanço e demonstração do resultado da Companhia, respeitando seu percentual de participação em cada um dos empreendimentos.

2.5.2. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os saldos a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que se originam. Todos os demais ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros da Companhia se dão, geralmente, pelos valores justos destes itens, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos e administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros;

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros, quanto para a venda; ou

Valor justo por meio do resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendam a nenhum dos critérios descritos acima.

Passivos financeiros

Custo amortizado: principalmente destinado ao reconhecimento de passivos financeiros que não sejam mantidos para negociação, não sejam derivativos e que não tenham sido designados, em seu reconhecimento inicial, sob a opção de valor justo; ou

Valor justo: utilizado para o reconhecimento dos passivos financeiros mantidos para negociação e àqueles que, em seu reconhecimento inicial, forem designados sob a opção de valor justo, podendo ser feito o reconhecimento das alterações de valor justo através do resultado ou por meio de outros resultados abrangentes, a depender da natureza que originar tal alteração.

2.5.3. Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa através do método indireto. A Companhia classifica na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os saldos de numerários conversíveis imediatamente em caixa e os investimentos de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses) sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.6. Novos pronunciamentos contábeis, revisões, interpretações e orientações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") são os seguintes:

2.6.1 Novas normas ou alterações em pronunciamentos contábeis vigentes

Norma	Descrição da Alteração	Vigência
IFRS 16/ CPC 06 (R2) - Arrendamento	A deliberação nº. 859/20, aprovou alterações na IFRS 16/ CPC 06, com efeitos nos pagamentos originalmente devidos até 30 de junho de 2021, bem como reajustes que se estendam após 30 de junho de 2021. Neste sentido, o arrendatário poderá optar por não avaliar se um benefício concedido em um contrato de arrendamento gerado implicitamente pela COVID-19, refere-se a uma modificação do contrato de arrendamento, e assim, registrar os efeitos nos pagamentos do arrendamento no resultado do período. Novas alterações ligadas a IFRS 16 ocorreram em março de 2021, estendendo em um ano os benefícios descritos, cujos efeitos impactam os pagamentos devidos até 30 de junho de 2022. A Companhia realizou análise dessas alterações e não identificou impactos significativos relacionados às práticas contábeis adotadas.	01/01/2021
CPC 06 (R2) - IFRS 16: Arrendamento CPC 11 - IFRS 4: Contratos de seguro CPC 40 (R1) - IFRS 7: Instrumentos Financeiros: Evidenciação CPC 48 - IFRS 9: Instrumentos financeiros	A proposta poderá afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros e passivos de arrendamento, ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência (LIBOR) por uma taxa de referência alternativa. A Companhia realizou análise dessas alterações e não identificou impactos significativos relacionados às práticas contábeis adotadas.	01/01/2021

As alterações de normas descritas acima, que entraram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2021, não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.6.2 Novas normas ou alterações em pronunciamentos contábeis não vigentes

Norma	Descrição da Alteração	Vigência
IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	A referida alteração tem como objetivo o esclarecimento da onerosidade de um contrato, bem como o custo relacionado ao seu respectivo cumprimento e dos custos incrementais que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.	01/01/2022
IAS 01 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	O objetivo da alteração visa esclarecer que as exigibilidades devem ser classificadas como circulantes ou não circulantes, a depender dos direitos que existem no final do período. Tal classificação não é afetada pelas expectativas da Companhia ou eventos após a data do relatório.	01/01/2023
IAS 01 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de políticas contábeis: emitida em fevereiro de 2021 a alteração aplica-se sobre as divulgações das políticas contábeis "materiais", e não mais "significativas". Na divulgação o IASB define o que é uma "informação de política contábil material" e explica como identificá-la. Além disso, explica não ser necessário a divulgação de informações imateriais de política contábil, no entanto, caso a Companhia opte pela divulgação, que não devem obscureça as informações contábeis relevantes.	01/01/2023
IFRS 3 - Combinação de Negócios	Com emissão ocorrida em maio de 2020, o objetivo da alteração é substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente.	01/01/2022
IAS 12 - Tributos sobre o Lucro	Tributos sobre o Lucro: a alteração requer que as Companhias registrem o tributo diferido sobre transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis, como por exemplo as transações com arrendamento, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais.	01/01/2023
IFRS 17 - Contratos de seguro	Estabelece aspectos referentes a contratos de seguro. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não espera impactos significativos em suas demonstrações financeiras.	01/01/2023
IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Esclarecimento à distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros.	01/01/2023

Em relação aos normativos e alterações descritos acima, com data de vigência para exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento da emissão destas demonstrações financeiras não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de caixa e equivalentes de caixa, no montante de R\$2.140, refere-se, substancialmente, a saldos de aplicação financeira que não possuem qualquer restrição de liquidez.

3.1 Composição

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	5	1
Aplicações financeiras (a)	2.134	
Caixa e equivalentes de caixa	2.140	1

(a) As aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2021, referem-se substancialmente a operações compromissadas, remuneradas à taxa média de 60% do CDI.

4. CONTAS A RECEBER E PARTES RELACIONADAS

4.1 Composição

Contas a Receber e Partes relacionadas	Natureza	2021			
		Ativo		Passivo	
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cientes a Receber - Mercado interno					
Obras e Consórcios no Brasil (a)	Contas a receber/pagar	4.982	-	-	-
Empresas ligadas - Mercado interno					
Obras e Consórcios no Brasil (b)	Partes Relacionadas	2.260	1.396	-	(7.639)
Andrade Gutierrez Engenharia S.A (c)	Partes Relacionadas	-	24.213	-	(3.273)
AG Construções e Serviços S.A (d)	Partes Relacionadas	-	-	-	(14)
Saldo das transações com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2021		7.242	25.609	-	(10.926)

- (a) O montante a receber de R\$ 4.982, é referente aos serviços executados aos clientes Lavras Energias Renováveis S.A. e as SPEs Futura.
- (b) Os saldos de R\$ 2.260 e R\$ 1.396 no ativo e R\$ 7.639 no passivo, são referentes a custos que saíram da companhia via transferência entre as obras.
- (c) O saldo entre a Companhia e a Andrade Gutierrez Engenharia S.A., no montante de R\$ 24.213, é referente a Mútuo, no qual não acarretará juros para a companhia, e o passivo de R\$ 3.273, é referente a custos transferidos a companhia.
- (d) Em 31 de dezembro de 2021, foram realizados pagamentos a fornecedores da companhia pela AG Construções e Serviços S.A.

5. ESTOQUES

5.1 Política Contábil

O reconhecimento inicial dos estoques é feito pelo respectivo custo de aquisição, e sua mensuração posterior se dá pelo menor valor entre o custo médio das aquisições e o valor realizável líquido. Para subsidiar a análise de valor realizável líquido, a Companhia promove a realização de inventários físicos regularmente em suas unidades operacionais. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação e também não superam o valor realizável líquido destas. Os saldos demonstrados nesta rubrica representam, essencialmente, materiais destinados a aplicação nas obras em andamento.

5.2 Composição

	31/12/2021	31/12/2020
Materiais de consumo e almoxarifado	1.871	-
Total	1.871	-

A administração da Companhia espera aplicar ou consumir estes estoques em suas obras dentro de seu ciclo operacional normal, sem incorrer em perdas significativas.

6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

6.1 Composição

Os créditos fiscais são compostos por INSS retido sobre o faturamento e IR sobre operações financeiras, assim demonstrados:

	31/12/2021	31/12/2020
INSS (a)	367	-
IRRF - Imposto de renda retido na fonte	3	-
ISSQN	294	-
	664	-

(a) O montante de INSS advém de faturamentos da obra Solar Futura, sua compensação está ocorrendo nos provisionamentos de INSS a pagar, gerados sobre encargos da folha de pagamento.

7. IMOBILIZADO

7.1 Política Contábil

Reconhecimento e mensuração

A mensuração dos ativos imobilizados da Companhia é feita pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados com fins específicos de construção de ativos, se houver deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são reavaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Os custos dos ativos imobilizados contemplam os gastos que são diretamente atribuíveis aos esforços incorridos pela Companhia para colocar o ativo no local e em condição necessária para operar. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado do exercício em que houver a venda.

Depreciação

A depreciação das classes de equipamentos e veículos é computada pelo método de horas trabalhadas, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica. Para as demais classes de ativo imobilizado, a depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos periodicamente e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis, gerando efeitos apenas no exercício em que tal ajuste é constatado.

7.2 Composição

	31/12/2021			31/12/2020		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Imóveis de Uso	607	(199)	408	-	-	-
Equipamentos e veículos	533	(64)	469	-	-	-
Móveis e utensílios	106	(13)	93	-	-	-
Outras imobilizações	-	(2)	(2)	-	-	-
	1.246	(278)	968	-	-	-

7.3 Movimentação

	Saldo 31/12/2020	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Saldo 31/12/2021
Imóveis de Uso	-	204	-	(199)	403	408
Equipamentos e veículos	-	533	-	(64)	-	469
Móveis e utensílios	-	106	-	(13)	-	93
Imobilizado em andamento	-	403	-	-	(403)	-
Outras imobilizações	-	-	-	(2)	-	(2)
Total	-	1.246	-	(278)	-	968

7.4 Provisão para redução ao valor recuperável (teste de *impairment*)

A Companhia realiza periodicamente o teste de *impairment* nos equipamentos pesados e veículos alocados, objetivando mensurar a recuperabilidade destes ativos. A referida avaliação é feita por empresa especializada independente e com qualificação técnica comprovada. Para realizar as referidas avaliações, foram utilizadas duas abordagens que estão em linha com métricas e métodos de avaliação amplamente reconhecidos pelo mercado de avaliações de ativos, quais sejam: abordagem de mercado e abordagem de custo.

Abordagem de mercado

A abordagem de mercado busca encontrar parâmetros de preços negociados no mercado de bens similares ao bem objeto da avaliação. Quando existem dados confiáveis e verificáveis divulgados no mercado, esta abordagem, normalmente, é a mais recomendada para definição do valor de mercado de um ativo. Para estas avaliações foram realizadas pesquisas em sítios eletrônicos de venda de equipamentos usados similares e, quando encontrados dados suficientes para essa análise, optou-se por utilizá-la como metodologia principal. Além das pesquisas no mercado, tendo em vista a existência de histórico de vendas de equipamentos pela Companhia, tais insumos foram utilizados como dados equivalentes aos aplicados na cotação direta no mercado e foram usados na avaliação.

Abordagem de custo

Para os equipamentos em que não foi possível realizar a avaliação pela abordagem de mercado, adotou-se como critério de avaliação o custo de aquisição depreciado como metodologia de avaliação. Esse método parte do valor de um determinado bem novo, normalmente adquirido através de cotações com fornecedores, que é, posteriormente, depreciado por uma taxa de depreciação de mercado. No presente trabalho foram utilizadas informações da própria base da Companhia referentes às compras recentes de equipamentos, como parâmetro de valor de bem novo. Ainda, para definição da taxa de depreciação de mercado, utilizou-se o método de depreciação do Engenheiro Hélio de Caires também utilizada para definição da VUR (vida útil remanescente) dos equipamentos avaliados. Neste trabalho, também são utilizados insumos das tabelas de vida útil divulgadas pela ASA (*American Society Appraisers*) e a tabela do IBAPE (Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia), para auxiliar na determinação da VUE (vida útil econômica) dos bens avaliados.

8. DIREITOS DE USO E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS

8.1 Política contábil

A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. São reconhecidos ativos de direito de uso que representam o direito de utilizar os ativos arrendados e passivos de arrendamento para demonstrar o fluxo presente de pagamentos dos contratos de arrendamento.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente pelo prazo estimado de vigência do contrato de arrendamento ou da vida útil do bem arrendado, o que for menor.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo dos contratos. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual, quando houver.

Quando as taxas de juros implícitas nos arrendamentos não são facilmente determináveis, a Companhia pode utilizar a taxa de empréstimo incremental na data de início dos contratos para calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento. Após a data de início, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, principalmente relacionada ao prazo do arrendamento.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de contratos de arrendamento de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento em contratos de arrendamento cujos ativos subjacentes sejam de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do contrato.

Como arrendadora

A Companhia não foi parte, como arrendadora, em contratos de arrendamento em nenhum dos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

8.2 Composição e movimentação

Para o reconhecimento dos passivos de arrendamento a valor presente, a Companhia utilizou uma taxa de desconto de 3,79% ao ano, que representa, substancialmente, a taxa de juros implícita em seus contratos, sem considerar os efeitos futuros de inflação projetada, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2). A seguir são apresentadas as movimentações dos arrendamentos, conciliadas com os saldos do balanço patrimonial no encerramento dos exercícios de 31 de dezembro de 2021:

Arrendamentos	31/12/2020	Adições	Reajuste	Amortização	Baixas	Juros	Pagamentos		31/12/2021
							Juros	Principal	
Direito de uso com arrendamentos									
Edificações - Instalações	-	205	3	(57)	-	-	-	-	151
Equipamento básico - ferramentas	-	49	-	(18)	-	-	-	-	31
Máquinas, Equip. e Veículos Pesados	-	9	-	(4)	-	-	-	-	5
	-	263	3	(79)	-	-	-	-	187
Passivos de arrendamentos									
Edificações - Instalações	-	205	3	-	-	5	(5)	(54)	154
Equipamento básico - ferramentas	-	49	-	-	-	1	(1)	(18)	31
Máquinas, Equip. e Veículos Pesados	-	9	-	-	-	-	-	(5)	4
	-	263	3	-	-	6	(6)	(77)	189

9. FORNECEDORES E SUBEMPREENTEIROS E OPERAÇÕES ANTECIPADAS

Os saldos de fornecedores e subempreiteiros são representados substancialmente por fornecedores de serviços, insumos de construção e equipamentos utilizados nas obras executadas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2021, os saldos de fornecedores e subempreiteiros era de R\$16.989.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

10.1 Composição

Capital Social

O capital social subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, é representado por 1.000 cotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, demonstrado a seguir:

Cotistas	31/12/2021		31/12/2020	
	Cotas	%	Cotas	%
ANDRADE GUTIERREZ ENGENHARIA S/A	1	0,10000%	1	0,10000%
CONSAG ENGENHARIA S/A	999	99,90000%	999	99,90000%
	1.000	100%	1.000	100%

10.2 Reserva legal

A reserva legal é constituída à alíquota de 5% sobre o lucro líquido do período, conforme artigo 193 da lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

11. RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS PRESTADOS E VENDAS

11.1 Política Contábil

Receita dos contratos de construção

O reconhecimento das receitas nos contratos de construção da Companhia ocorre conforme as premissas estabelecidas pelo CPC 47 e baseia-se inicialmente no orçamento estimado para conclusão do projeto, respeitadas as obrigações de desempenho contratualmente identificadas. Este orçamento é elaborado e revisado periodicamente por profissionais de engenharia habilitados para precificar os custos e as receitas do contrato ao longo do tempo. Quando o orçamento de um contrato de construção é estimado com confiabilidade, as receitas e os custos são reconhecidos com base no estágio de conclusão do contrato no final do período, mensurados com base na proporção dos custos incorridos em relação aos custos totais estimados do contrato. Esta metodologia é comumente conhecida como “POC” (*percentage of conclusion*).

Quando for provável que os custos totais excederão a receita total de um contrato, a perda estimada é reconhecida imediatamente como despesa.

No momento em que a receita reconhecida, considerando o custo incorrido, exceder o valor total faturado contra o cliente, esta diferença é reconhecida na rubrica de “contas a receber de clientes”, classificado como “serviços a faturar”, conforme apresentado no *aging list* de contas a receber, na nota explicativa nº 5.

Quando a receita reconhecida, considerando o custo incorrido, for menor do que o valor total das notas fiscais emitidas contra o cliente, esta diferença é reconhecida na rubrica de “adiantamentos de clientes”, classificado como “serviços a prestar”.

Adicionalmente, existem contratos que são executados sob a forma conhecida como “Contratos com Remuneração por administração”. Estes contratos possuem taxas de remuneração pré-acordadas, que são aplicadas sobre as medições apresentadas e aprovadas pelos clientes.

Nesse tipo de contrato a receita é reconhecida quando a referida medição é aprovada pelo cliente, considerando os gastos incorridos para performar determinadas etapas dos projetos e quando as obrigações de desempenho acordadas com o cliente são atendidas.

11.2 Composição

Conforme demonstrado no contexto operacional, as receitas operacionais da Companhia advêm especialmente da execução de obras de engenharia e infraestrutura no Brasil. Outras fontes de receita incluem a prestação de serviços de operação e manutenção de infraestruturas industriais e a venda de mercadorias relacionadas ao segmento de engenharia, demonstrada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Receita de construção civil	34.851	-
Total receita bruta	34.851	-
Impostos sobre a receita	(1.474)	-
Total receita líquida	33.377	-

12. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

12.1 Política Contábil

Os custos e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas, de acordo com seus respectivos prazos de duração.

	31/12/2021	31/12/2020
Matérias-primas e materiais de consumo	(6.471)	-
Serviços de terceiros	(17.806)	(6)
Salários e encargos sociais	(7.027)	-
Depreciação e amortização	(357)	-
Impostos, taxas e encargos	(5)	-
Outros	(640)	(2)
Total	(32.306)	(8)
Custos dos produtos e serviços vendidos	(28.333)	(6)
Despesas gerais e administrativas	(3.973)	(2)
Total	(32.306)	(8)

13. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

13.1 Composição

O resultado financeiro é composto por:

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras		
Juros Obtidos	20	-
Total das receitas financeiras	20	-
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(159)	-
Outros	(7)	-
Total das despesas financeiras	(166)	-
Despesa de variação cambial	(3)	-
Variação cambial, líquida	(3)	-
Resultado financeiro líquido	(149)	-

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

14.1 Política Contábil

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Caso haja prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social ou outros créditos fiscais não utilizados, a Companhia, sempre que permitido por legislação vigente, utiliza-se destes créditos para realizar a compensação de 30% do valor-base tributável.

Considera-se como imposto corrente aquele imposto a pagar ou a recuperar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação a exercícios anteriores, se houver.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em projeções internas da Companhia.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, como por exemplo, o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre os saldos de variações cambiais de ativos e passivos mantidos com investidas no exterior. Tanto a variação cambial destes saldos como os impostos diferidos, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, no grupo de outros resultados abrangentes.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente e o imposto a pagar ou a recuperar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a recuperar é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: (a) diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil e (b) Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível.

14.2 Composição

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%. Abaixo demonstra-se a conciliação da apuração do imposto de renda e da contribuição social da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021.

	31/12/2021
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	921
Alíquota nominal	34%
Imposto de renda e contribuição social nominais	(313)
(Adições) exclusões permanentes:	
Despesas indedutíveis	(4)
Ajuste períodos anteriores (saldo parte B)	634
	630
Total do imposto de renda e contribuição social efetivos apurados	317
Diferido	317
	317
Alíquota efetiva de IR/CS para o exercício	34,42%

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O CPC 40 – Instrumentos financeiros: evidenciação, define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“non performance risk”) ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “input” significativo para sua mensuração.

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, os principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2021. A posição de ativos e passivos financeiros da Companhia não apresenta qualquer diferença entre valor justo e valor contábil. Para aqueles ativos e passivos financeiros registrados a valor justo, demonstramos também os respectivos níveis de hierarquia do valor justo:

	2021			2020		
	Valor justo através do resultado	Passivo fin. mensurado ao custo amortizado	Total	Valor justo através do resultado	Passivo fin. mensurado ao custo amortizado	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	2.140	-	2.140	1	-	1
Contas a receber de clientes	-	4.982	4.982	-	-	-
Partes relacionadas	-	27.869	27.869	-	-	-
Total	2.140	32.851	34.991	1	-	1
Passivos						
Fornecedores	-	16.989	16.989	-	6	6
Partes relacionadas	-	10.926	10.926	-	2	2
Total	-	27.915	27.915	-	8	8

16. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria e foi autorizada sua emissão em 30 de março de 2022.

João Martins da Silva Neto
PRESIDENTE

Marcio Magno de Abreu
DIRETOR

Leandro Mariano Gonçalves
CRC-MG 105.896/O-1
CONTADOR RESPONSÁVEL